



Nota Técnica
Número 106 – dezembro 2011

Política de Valorização do Salário Mínimo:

Considerações sobre o valor a vigorar
a partir de 1º de janeiro de 2012

Breve Histórico da Campanha de Valorização do Salário Mínimo

Em 2004, as Centrais Sindicais, por meio de movimento unitário, lançaram a campanha de valorização do salário mínimo. Nesta campanha, foram realizadas três marchas conjuntas em Brasília com o objetivo de fortalecer a opinião dos poderes Executivo e Legislativo acerca da importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo. Como resultados dessas marchas, o salário mínimo, em maio de 2005, passou de R\$ 260,00 para R\$ 300,00. Em abril de 2006, foi elevado para R\$ 350,00, e, em abril de 2007, corrigido para R\$ 380,00. Em março de 2008, o salário mínimo foi alterado para R\$ 415,00 e, em fevereiro de 2009, o valor ficou em R\$ 465,00. Em janeiro de 2010, o valor do piso salarial do país passou a R\$ 510,00, resultando em aumento real de 6,02%.

Também como resultado dessas negociações, foi acordado, em 2007, uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023. Essa política tem como critérios o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de revisão - a cada ano - até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010. A política prevê que, em janeiro de 2012, o reajuste reponha a inflação segundo o INPC do período mais a variação do PIB de 2010. Como o crescimento do Produto Interno Bruto em 2010 foi, em dado ainda provisório, de 7,5%, a revisão do piso deverá incorporar esta variação mais a inflação medida pelo INPC.

Com o anúncio, na última semana, do valor de R\$ 622,00 para o salário mínimo, de acordo com as estimativas, a regra acordada está sendo atendida, a despeito de possíveis revisões da taxa de crescimento do PIB de 2010 e o resultado final do INPC de 2011.

1. O salário mínimo de 1º de janeiro de 2012

Para verificar o resultado da revisão efetivada em 1º de janeiro de 2012, a partir do valor de R\$ 622,00, foi considerada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período de 01/03/11 a 31/12/2011. Este período foi adotado levando em conta que, em 2011, o piso nacional foi revisto em janeiro daquele ano e depois reavaliado em 1º de março. Assim, com a inflação para dezembro estimada em 0,5%, a variação do INPC-IBGE para o período de 01/01/2011 a 31/12/2011 foi então estimada em 6,07%.

Considerando o valor de R\$ 545,00, vigente desde março/2011, o Salário Mínimo apresentou variação nominal de 14,13%, o que representa aumento real de 9,20% entre março

de 2011 e janeiro de 2012. Se, em vez de março, a base considerada for janeiro de 2011, o ganho será de 8,59%.

2. O reajuste do salário mínimo desde 2002

No primeiro ano (2003), o reajuste foi de 20,00%, para uma inflação acumulada de 18,54%, o que correspondeu a um aumento real de 1,23%. No segundo, a elevação foi de 8,33%, enquanto o INPC acumulou 7,06%. Em 2005, o salário mínimo foi corrigido em 15,38%, contra uma inflação de 6,61%. Em 2006, a inflação foi de 3,21% e o reajuste ficou em 16,67%, aumento real de 13,04%. Em abril de 2007, para um aumento do INPC entre maio/2006 e março/2007 de 3,30%, diante de uma variação de 8,57% no salário nominal, o aumento real do salário mínimo atingiu 5,1%. Em 2008, o salário mínimo foi reajustado, em fevereiro, em 9,21%, enquanto a inflação ficou em 4,98%, correspondendo a um aumento real de 4,03%. Com o valor de R\$ 465,00 em 1º de fevereiro de 2009, o ganho real entre 2008 e 2009 foi de 5,79%. Em 2010, com valor de R\$ 510,00, o ganho real acumulado no período atingiu 6,02%, resultante de uma variação nominal de 9,68%, contra inflação de 3,45%.

Com o valor de R\$ 622,00, a vigorar em janeiro próximo, o piso acumula um ganho real desde 2002 de 65,96%, como demonstrado na Tabela 1.

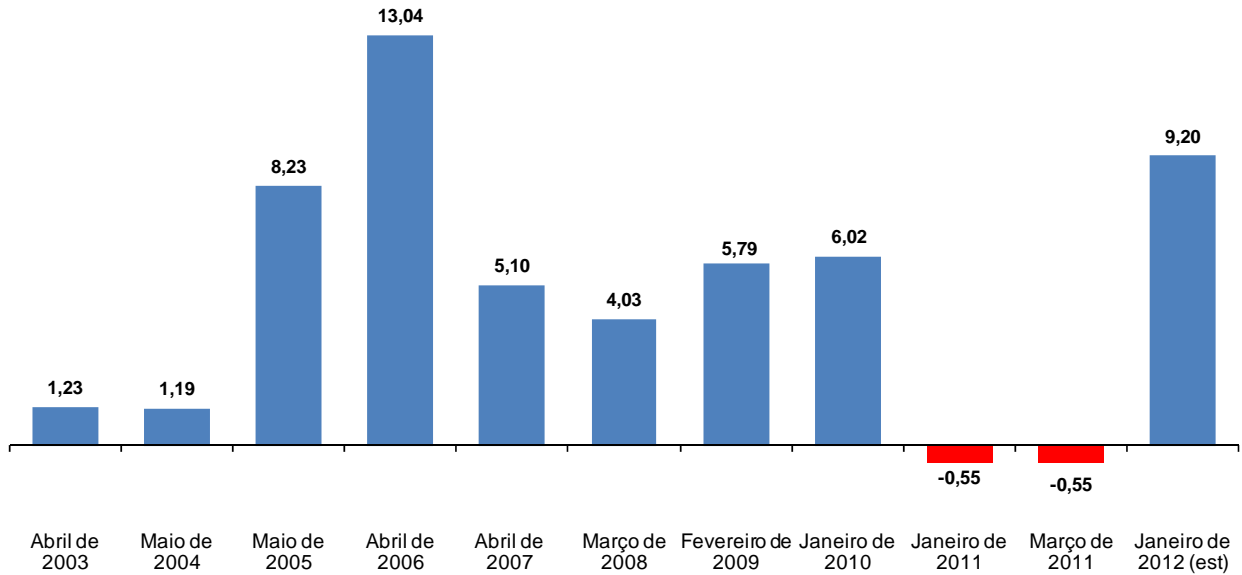
TABELA 1
Reajuste do Salário Mínimo 2003-2012

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20,0	18,54	1,23
Maio de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Maio de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
Janeiro de 2011	540,00	5,88	6,47	-0,55
Março de 2011	545,00	0,93	1,49	-0,55
Janeiro de 2012 (estimativa)	622,00	14,13	4,52	9,20
Total período	-	211,00	87,38	65,96

Elaboração: DIEESE

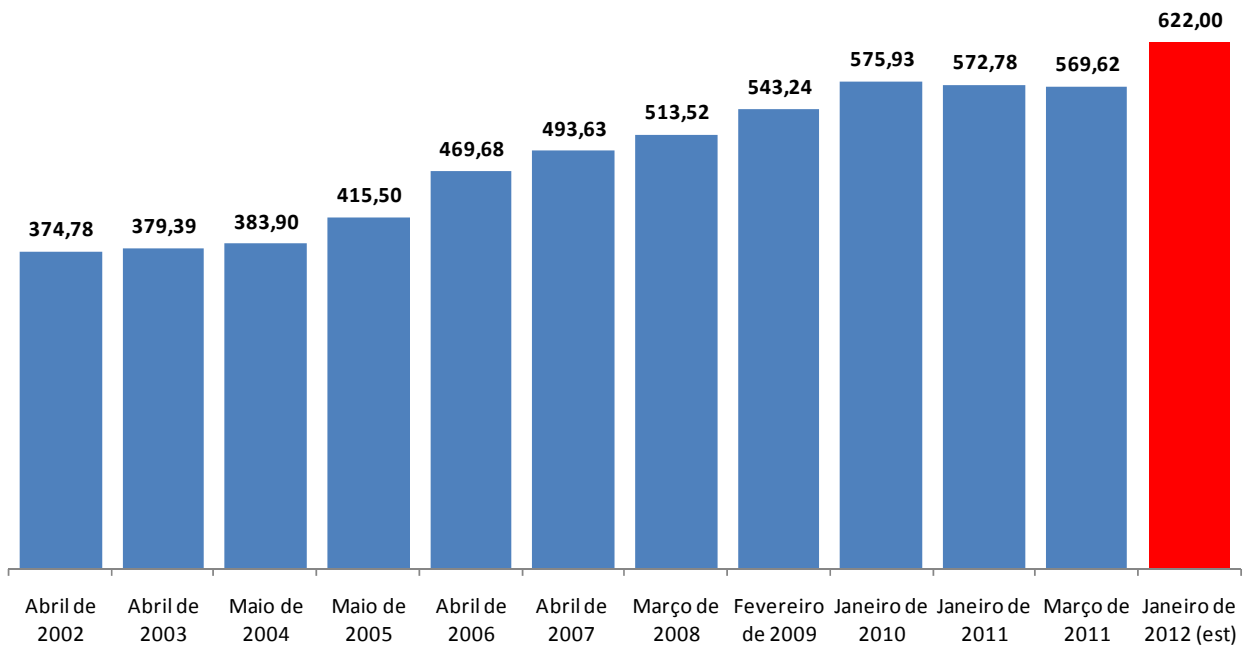
O Gráfico 1 mostra estes resultados para o salário mínimo nos anos recentes.

GRÁFICO 1
Aumentos Reais no Salário Mínimo em %
2003-2012



Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 2
Salário Mínimo em valores Constantes de Janeiro/2012



Elaboração: DIEESE

3. Quais os impactos da elevação do salário mínimo na economia?

Estima-se que:

- **48 milhões de pessoas** têm rendimento referenciado no salário mínimo.
- **R\$ 47 bilhões** será o incremento de renda na economia.
- **R\$ 22,9 bilhões** correspondem ao incremento na arrecadação tributária sobre o consumo.

TABELA 2
Impacto anual decorrente do aumento do salário mínimo em R\$ 77,00

Tipo	Número de Pessoas (mil)	Valor Adicional da Renda Anual - R\$ (b)	Arrecadação Tributária Adicional R\$ (c)
Beneficiários do INSS (a)	19.771	19.790.759.989	9.657.890.875
Empregados	13.820	13.833.726.907	6.750.858.731
Conta-própria	8.718	8.055.436.620	3.931.053.071
Trabalhadores Domésticos	5.083	5.087.794.712	2.482.843.819
Empregadores	203	187.769.736	91.631.631
Total	47.595	46.955.487.964	22.914.278.126

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 (Tabela 4.22); Ministério da Previdência e Assistência Social. Boletim Estatístico da Previdência Social - novembro de 2011

Obs: (a) Refere-se ao impacto para trabalhadores, empregadores e beneficiários da Previdência Social que recebem até 1 salário mínimo; (b) Considerando 13 remunerações/ano para beneficiários do INSS, empregados e trabalhadores domésticos; (c) Considerando tributação média sobre consumo de 48,8 %. Este valor é indicado na publicação Ipea - Comunicado da Presidência nº 22, de 30/06/2009, como a carga incidente sobre a renda familiar até 2 SM

4. Qual é a importância do salário mínimo nas administrações públicas?

No setor público, o número de trabalhadores que ganha até 1 salário mínimo é pouco expressivo nas administrações federal e estaduais. Nas administrações municipais, a participação destes trabalhadores é maior, especialmente na região Nordeste (Tabela 3). Quando se observa o impacto do aumento de 14,13% sobre o salário mínimo na massa de remuneração dos trabalhadores do setor público, verifica-se a mesma tendência: maior impacto nas administrações municipais no Nordeste e Norte (Tabela 4).

TABELA 3
Emprego no Setor Público por Faixa de Remuneração - Brasil e Grandes Regiões
(em %)

Região	Serviço Público Federal			
	Até R\$ 545,00	Mais de R\$ 545,00 a R\$ 622,00	Acima de R\$ 622,00	Total ⁽¹⁾
Norte	0,97	0,63	94,38	100,00
Nordeste	1,22	0,57	94,28	100,00
Sudeste	0,66	0,52	94,73	100,00
Sul	0,25	0,17	96,92	100,00
Centro-Oeste	1,31	0,32	96,35	100,00
Total	0,97	0,43	95,42	100,00
Valor absoluto	9.198	4.111	904.549	947.936
Região	Serviço Público Estadual			
	Até R\$ 545,00	Mais de R\$ 545,00 a R\$ 622,00	Acima de R\$ 622,00	Total ⁽¹⁾
Norte	6,11	1,74	87,41	100,00
Nordeste	5,76	5,34	86,44	100,00
Sudeste	4,28	1,86	89,54	100,00
Sul	0,93	1,36	96,46	100,00
Centro-Oeste	3,62	0,85	90,46	100,00
Total	4,40	2,51	89,44	100,00
Valor absoluto	154.314	88.005	3.138.194	3.508.835
Região	Serviço Público Municipal			
	Até R\$ 545,00	Mais de R\$ 545,00 a R\$ 622,00	Acima de R\$ 622,00	Total ⁽¹⁾
Norte	17,90	9,97	65,65	100,00
Nordeste	22,65	10,76	61,53	100,00
Sudeste	5,83	5,47	85,17	100,00
Sul	4,05	4,37	88,56	100,00
Centro-Oeste	8,76	8,44	77,94	100,00
Total	12,33	7,64	75,72	100,00
Valor absoluto	609.243	377.753	3.742.990	4.942.967

Fonte: MTE. Rais 2010

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Inclui os vínculos sem informação de salário

TABELA 4
Brasil e Grandes Regiões
Impacto do Reajuste do SM para R\$ 622,00 na Folha Total

Região	Serviço Público Federal		
	Até R\$ 545,00	Mais de 545,00 a R\$ 622,00	Total
Norte	0,03%	0,00%	0,03%
Nordeste	0,03%	0,00%	0,03%
Sudeste	0,02%	0,00%	0,02%
Sul	0,01%	0,00%	0,01%
Centro-Oeste	0,03%	0,00%	0,03%
Total	0,02%	0,00%	0,03%
Região	Serviço Público Estadual		
	Até R\$ 545,00	Mais de 545,00 a R\$ 622,00	Total
Norte	0,32%	0,03%	0,35%
Nordeste	0,32%	0,07%	0,39%
Sudeste	0,41%	0,03%	0,44%
Sul	0,05%	0,01%	0,06%
Centro-Oeste	0,17%	0,01%	0,18%
Total	0,30%	0,03%	0,33%
Região	Serviço Público Municipal		
	Até R\$ 545,00	Mais de 545,00 a R\$ 622,00	Total
Norte	1,80%	0,32%	2,11%
Nordeste	2,86%	0,37%	3,23%
Sudeste	0,44%	0,10%	0,54%
Sul	0,30%	0,08%	0,38%
Centro-Oeste	0,75%	0,20%	0,95%
Total	1,10%	0,18%	1,28%

Fonte: MTE. Rais 2010
 Elaboração: DIEESE

5. Qual o impacto do aumento nas contas da Previdência?

- O peso relativo da massa de benefícios equivalentes a 1 salário mínimo é de **46%** e corresponde a **68,2%** do total de beneficiários.
- O acréscimo de cada R\$ 1,00 no salário mínimo tem um impacto estimado de **R\$ 257 milhões ao ano sobre a folha de benefícios da Previdência Social.**

- Assim, o impacto do aumento para **R\$ 622,00 (variação de R\$ 77,00)** significará custo adicional ao ano de cerca de **R\$ 19,8 bilhões**.

6. Qual a distribuição dos ocupados que recebem salário mínimo nas regiões?

A distribuição dos ocupados por faixa de salário mínimo nas diversas regiões brasileiras pode ser vista na Tabela 5:

TABELA 5
Distribuição % dos ocupados, por faixa de rendimento em todos os trabalhos
Brasil e Grandes Regiões - 2010

Regiões	Com rendimento até 2 S.M.			Mais de 2 S.M.	Total Absoluto
	Até 1 S.M.	Mais de 1 a 2 S.M.	Total		
Norte	63,2	27,0	90,2	9,8	6.213.625
Nordeste	73,8	19,3	93,2	6,8	23.654.626
Sudeste	39,5	41,9	81,4	18,6	37.545.325
Sul	37,8	44,0	81,8	18,2	13.968.346
Centro-Oeste	45,5	37,5	82,9	17,1	6.541.664
Brasil	50,6	34,8	85,4	14,6	87.923.586

Fonte: IBGE. Censo 2010

Elaboração: DIEESE

Obs: Exclui os sem rendimento e sem declaração

7. Qual a relação entre salário mínimo e cesta básica?

Com o valor do salário mínimo em R\$ 622,00 e a cesta básica de janeiro estimada em R\$ 276,31 (mesmo valor de novembro/2011), estima-se que o salário mínimo terá então um poder de compra equivalente a 2,25 cestas básicas (cesta básica calculada pelo DIEESE, para indicar o valor do Salário Mínimo Necessário).

Na série histórica da relação entre as médias do salário mínimo anual e da cesta básica anual verifica-se que:

- A quantidade de 2,25 Cestas Básicas é a maior registrada desde 1979.**

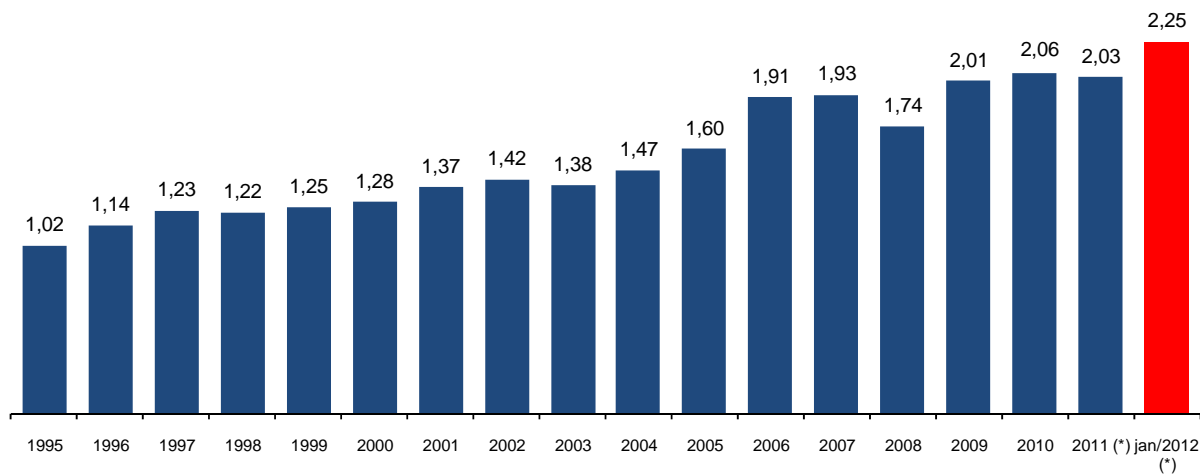
TABELA 6
Quantidade de cestas básicas adquiridas
com um salário mínimo São Paulo -1995-2012

Ano ⁽¹⁾	Relação Salário Mínimo / Cesta Básica
1995	1,02
1996	1,14
1997	1,23
1998	1,22
1999	1,25
2000	1,28
2001	1,37
2002	1,42
2003	1,38
2004	1,47
2005	1,60
2006	1,91
2007	1,93
2008	1,74
2009	2,01
2010	2,06
2011 (*)	2,03
jan/2012 (*)	2,25

Fonte: DIEESE

Nota: 1) médias anuais da cesta básica de São Paulo e salário mínimo

GRÁFICO 3
Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo

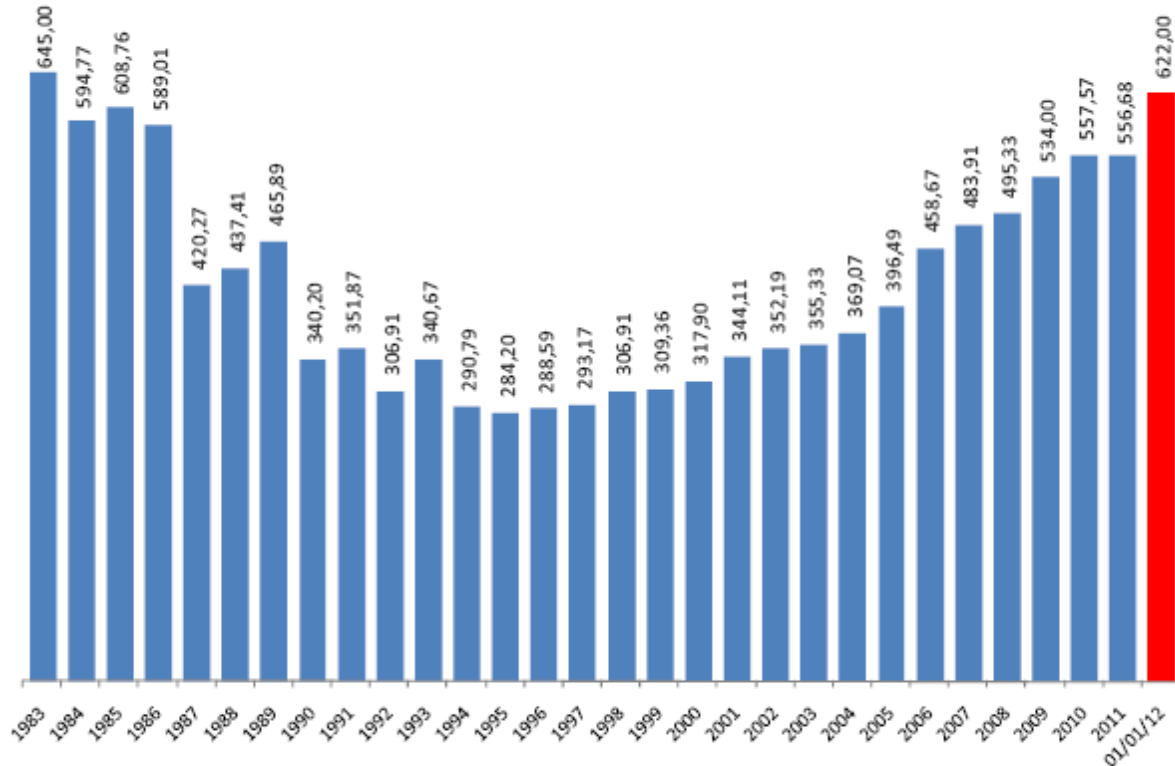


Fonte: DIEESE

Nota: * estimativa para janeiro/2012

Considerando a série histórica do salário mínimo e trazendo os valores médios anuais para reais de 1º de janeiro de 2012 (deflacionados por projeção do ICV- estrato inferior), o valor de R\$ 622,00, em 1º de janeiro de 2012, será o maior valor real da série das médias anuais desde 1984.

GRÁFICO 4
Salário Mínimo Real Médio Anual em R\$ de 01/01/2012



Elaboração: DIEESE

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Secretário: Pedro Celso Rosa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Ana Tércia Sanches

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Tadeu Moraes de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Nelson Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe técnica

Ilmar Ferreira Silva